



MJ nega que Polícia Federal tem combustível racionado

O Ministério da Justiça negou nesta terça-feira (14/8) que a Polícia Federal do Ceará venha sofrendo racionamento de combustível, como publicou a revista **Consultor Jurídico** na segunda-feira (13/8).

Em nota, o Ministério afirma que existe, na verdade, um controle no abastecimento de carros utilizados pela área administrativa, como forma de otimizar os gastos.

De acordo com a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), os policiais federais no Ceará estão, ainda, proibidos de abastecer carros no final de semana. A PF no Ceará também teria ordens para substituir as placas reservadas das viaturas utilizadas em investigações policiais sigilosas por placas oficiais ou originais dos veículos.

O Ministério da Justiça nega. “Quanto à troca de placas reservadas das viaturas, a informação é inverídica. A superintendência da PF/CE, cumprindo determinação do departamento de Trânsito local, simplesmente regularizou algumas placas, dentro de um procedimento normal de controle administrativo – sem, de forma alguma, afetar o sigilo das diligências, ou colocar em risco investigações ou a própria vida dos policiais”, afirma em nota.

Leia a nota do Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça esclarece que não existe racionamento de combustível para as viaturas da Polícia Federal que atendem ao estado do Ceará, ao contrário de matéria publicada pelo Consultor Jurídico, no dia 13 deste mês. Não faltam recursos para o pagamento aos fornecedores.

O que há é um controle no abastecimento de carros utilizados pela área administrativa, como forma de otimizar os gastos. E mesmo assim, em hipótese alguma, qualquer desses veículos ficaria de tanque vazio.

Portanto, não é verdade a “proibição de abastecer os carros aos finais de semana”, como diz a matéria, e muito menos a medida estaria atingindo viaturas utilizadas em operações. Quanto à troca de placas reservadas das viaturas, a informação é inverídica. A superintendência da PF/CE, cumprindo determinação do departamento de Trânsito local, simplesmente regularizou algumas placas, dentro de um procedimento normal de controle administrativo – sem, de forma alguma, afetar o sigilo das diligências, ou colocar em risco investigações ou a própria vida dos policiais.

Date Created

14/08/2007